

# REGULAMENTO DO PROGRAMA DE MONITORIA DA FESAR

PERÍODO 2011/2

## CAPÍTULO I

### DA MONITORIA

Art. 1º A monitoria é uma atividade auxiliar à docência, exercida por alunos regularmente matriculados nos cursos da Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (FESAR) e que atendam as condições deste Regulamento.

## CAPÍTULO II

### DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos do Programa de Monitoria:

I – possibilitar ao aluno vocacionado o desenvolvimento de atividades de pré-docência, pesquisa e extensão;

II – estimular o relacionamento do corpo discente com o corpo docente na orientação a aluno dependente;

III – assegurar cooperação entre alunos e professores na realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO SELETIVO

Art. 3º O número de monitores será fixado pela Direção, via edital, publicado e divulgado nos meios de comunicação da Faculdade, no início de cada semestre letivo, de acordo com as necessidades das disciplinas, ouvidos os Coordenadores de Curso.

Parágrafo único. Na fixação do número de monitores serão considerados os seguintes critérios:

I - atendimento às disciplinas com maior número de alunos em dependência;

II - atendimento às disciplinas que prevejam atividades de caráter prático;

III - atendimento aos professores que apresentarem projetos de pesquisa e extensão do interesse da Faculdade;

IV - atendimento às disponibilidades orçamentárias da Entidade Mantenedora.

Art. 4º Os monitores serão selecionados mediante prova escrita, versando sobre as competências e conteúdo da disciplina objeto da monitoria, e entrevista realizada por comissão designada pela Direção da Faculdade.

§ 1º Poderão concorrer à monitoria somente os alunos regularmente matriculados na Faculdade e aprovados na disciplina objeto da monitoria, com nota final igual ou superior a setenta por cento da média final.

§ 2º A seleção será realizada pelos Coordenadores de Cursos, com a participação de Comissão especialmente designada e integrada por professores das disciplinas objetos da monitoria.

§ 3º Além da prova e da entrevista a que se refere este artigo, a Comissão poderá aplicar outros procedimentos julgados apropriados à seleção.

§ 4º O resultado da seleção será homologado pela Direção da Faculdade, sendo selecionado o aluno que alcançar o primeiro lugar na classificação.

#### CAPÍTULO IV

##### DO REGIME DE TRABALHO

Art. 5º O aluno selecionado e declarado monitor exercerá suas atividades, sem qualquer vínculo empregatício com a mantenedora, em regime de até vinte horas semanais, devidamente orientado pelo professor da disciplina a que se vincular.

§ 1º O Professor Orientador elaborará plano de trabalho para o monitor, acompanhará, controlará e avaliará suas atividades, pronunciando-se sobre seu desempenho ao final do período no qual houver monitoria.

§ 2º O horário das atividades do monitor será fixado em comum acordo com o Professor Orientador e os Coordenadores de Cursos, de modo a não prejudicar, em hipótese alguma, o cumprimento de suas obrigações acadêmicas regulares.

#### CAPÍTULO V

##### DAS BOLSAS

Art. 6º O monitor fará jus ao recebimento de uma bolsa equivalente a **xxxxxx** por cento do valor da mensalidade do curso. / **a R\$ xxx,xx mensais.**

§1º O benefício de que trata este artigo será concedido a partir do mês em que o monitor iniciar suas atividades e será suspenso a partir do mês em que deixar de atender à condição de monitor.

§2º A bolsa do monitor poderá ser prorrogada, independentemente de prova de seleção, por proposta do Professor Orientador corroborada pelo Coordenador de Curso.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º - São atribuições do monitor:

I - auxiliar o professor na orientação aos alunos, ministrando sessões de reforço através de exercícios, provas simuladas e/ou revisão de conteúdos, além de preparar material de ensino-aprendizagem e executar outras tarefas didáticas pertinentes;

II - promover levantamentos bibliográficos e realizar trabalhos de iniciação à pesquisa e extensão, compatíveis com o seu grau de conhecimento;

III - desenvolver trabalhos práticos e experimentais condizentes com o seu grau de conhecimento e experiência;

IV - colaborar com o Centro de Pesquisa e Extensão na promoção e realização de Cursos de Extensão destinados à comunidade, relacionados a disciplina que é monitor;

V - auxiliar os discentes na realização de Seminários destinados ao desenvolvimento da disciplina que ele é monitor;

VI - participar de atividades didáticas, científicas e culturais organizadas pela Faculdade;

VII – reunir-se periodicamente com o professor para avaliação do trabalho, tendo em vista as Agendas de Orientações Docente e Discente;

VIII – elaborar bimestralmente o relatório de avaliação do trabalho de monitoria disponibilizado pela coordenação de curso;

IX - executar outras atribuições adequadas à monitoria.

## CAPÍTULO VII

### DOS DIREITOS

Art. 8º - São direitos do monitor:

I - receber assistência do Professor Orientador, inclusive quanto ao aprofundamento de seu grau de conhecimento e a sua iniciação docente e científica;

II - receber, mensalmente, a bolsa correspondente à monitoria, nos termos do art. 6º;

III - receber o Certificado de Exercício de Monitoria, expedido pela Faculdade.

Parágrafo único. O Certificado só será expedido ao monitor que tiver exercido suas atividades por quatro meses, no mínimo, e que tiver obtido conceito favorável do Professor orientador.

## CAPÍTULO VIII

### DA AVALIAÇÃO, EXCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

Art. 9º O Professor orientador atestará até o dia dez de cada mês sobre o cumprimento ou não das obrigações do monitor, encaminhando sua avaliação e frequência à Direção da Faculdade.

§1º O monitor perderá essa condição quando deixar de cumprir com suas obrigações ou quando expressamente desistir por razões de foro íntimo.

§2º A Faculdade poderá realizar nova seleção para substituir o monitor desligado do programa, observado o disposto no Art. 4º.

Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da Faculdade, ouvidos os Coordenadores envolvidos, quando for o caso.

Art. 12 – Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

Redenção, 17 de agosto de 2011